

THINK TANKS E UNIVERSIDADES NO BRASIL: ANÁLISE DAS RELAÇÕES NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM POLÍTICA PÚBLICA¹

Leonardo Secchi²

Letícia Elena Ito³

Os *think tanks* e as universidades produzem conhecimento relevante para a elaboração de políticas públicas. O objetivo deste artigo é analisar as relações estabelecidas entre *think tanks* e universidades no Brasil com as seguintes variáveis de análise: tipo, intensidade, enfoque e frequência das relações. A metodologia utilizada foi um estudo de múltiplos casos feito a partir das relações com universidades estabelecidas por três grandes *think tanks* brasileiros: Centro de Estudos Brasileiros de Relações Internacionais (Cebri), Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC) e Ipea. Os resultados apontam para uma relação de cooperação entre *think tanks* e universidades, de tipo intermitente e de dependência dos *think tanks* com relação às universidades, especialmente no que se refere a capital humano na produção e na disseminação de conhecimentos por projetos e relatórios, livros, artigos, seminários e capacitação. Comparativamente às universidades, os *think tanks* são poucos e ainda desconhecidos no Brasil.

Palavras-chave: *think tanks*; universidades; produção de conhecimento; políticas públicas; análise de políticas públicas.

THINK TANKS AND UNIVERSITIES IN BRAZIL: ANALYSIS OF THE RELATIONSHIP IN THE PRODUCTION OF PUBLIC POLICY KNOWLEDGE

Think tanks and universities are important organizations for producing policy relevant knowledge. The objective of this article is to analyze the relationship between Brazilian think tanks and universities using the following analytical variables: type, focus, intensity and frequency of relationship. The methodology used was a multi-case descriptive study made upon the relationship with universities and three major Brazilian think tanks: Centro de Estudos Brasileiros de Relações Internacionais (Cebri), Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC) and Ipea. The results show a cooperative and intermittent type of relationship between think tanks and universities, in which think tanks are dependent especially on the universities human capital for producing and disseminating knowledge through projects and reports, books, articles, seminars and training. In comparison to universities, think tanks are few and still unknown in Brazil but already produce policy relevant knowledge.

Keywords: think tanks; universities; knowledge production; public policy; Brazil; policy analysis.

1. O estudo nacional que deu origem a este artigo fez parte do projeto *Más Saber Americana Latina: potenciando el vínculo entre think tanks y universidades*, coordenado pelo Grupo Faro (Equador) e pelo Centro de Políticas Comparadas de Educación (Chile) e financiado pelo International Development Research Centre (Canadá) (Ried, Cedeño e Albuja, 2014). Os autores agradecem ao órgão de fomento, aos coordenadores Orazio J. Belletini Cedeño e Adriana M. Arellano Albuja (Grupo Faro, Equador), aos representantes do Ipea, do IFHC e do Cebri, aos colegas do *think tank* PVBLICA – Instituto de Políticas Públicas – e aos avaliadores *blind review* da revista *Planejamento e Políticas Públicas* pelas valiosas contribuições para a concretização deste trabalho.

2. PhD em estudos políticos pela Universidade de Milão e pós-doutor em políticas públicas pela Universidade de Wisconsin-Madison (Estados Unidos). Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). *E-mail*: <leonardo.secchi@udesc.br>.

3. Graduanda em administração pública na Udesc e naturóloga pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Diretora financeira do Instituto PVBLICA. *E-mail*: <leticia.naturóloga@gmail.com>.

THINK TANKS Y UNIVERSIDADES EN BRASIL: ANÁLISIS DE LAS RELACIONES EN LA PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Los *think tanks* y universidades producen conocimiento relevante para el planteamiento de políticas públicas. El objetivo de este trabajo fue analizar las relaciones entre los *think tanks* y las universidades en Brasil con las siguientes variables: tipo, intensidad, concentración y frecuencia de las relaciones. La metodología utilizada fue un estudio múltiple de casos tres *think tanks* brasilenos: Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) y Ipea. Los resultados apuntan a una relación de cooperación entre *think tanks* y universidades, de tipo intermitente, y una relación de dependencia de los *think tanks* con respecto a las universidades, especialmente en términos de capital humano para la producción y difusión de conocimiento a través de proyectos e informes, libros, artículos, seminarios y capacitación. En comparación con las universidades, los *think tanks* son pocos y aún desconocidos en Brasil.

Palabras clave: *think tanks*; universidades; producción de conocimientos; políticas públicas; análisis de las políticas públicas.

THINK TANKS ET LES UNIVERSITIES AU BRÉSIL: ANALYSE DES RELATIONS SUR LA PRODUCTION DE CONNAISSANCES EN POLITIQUE PUBLIQUE

Les *think tanks* et les universités produisent des connaissances pertinentes pour le développement des politiques publiques. L'objectif de cet article est d'analyser les relations entre les *think tanks* et les universités au Brésil avec les variables suivantes: type, l'intensité, la concentration et la fréquence des rapports. La méthodologie utilisée est une étude de cas multiples fait à partir des relations avec les universités établies par trois grands *think tanks* du Brésil: Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) et Ipea. Les résultats indiquent une relation de coopération entre les *think tanks* et les universités, intermittente, avec la dépendance des *think tanks* qui concerne les universités, notamment en matière de capital humain dans la production et la diffusion des connaissances pour les projets et rapports, livres, articles, séminaires et formations. Comparé avec les universités, les *think tanks* sont rares et encore inconnu au Brésil.

Mots-clés: *think tanks*; université; production de connaissances; politiques publiques; analyse de le politique publique.

JEL: I23.

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento científico é produzido de forma sistemática, com validade temporária e com finalidade de descrever e explicar a realidade empírica. Entre as diversas áreas do conhecimento científico estão as ciências básicas (matemática, física, química, astronomia etc.), e as ciências aplicadas (economia, administração, direito, engenharias etc.). A partir do Iluminismo do século XVII, o conhecimento científico passou a gerar valor teórico e aplicado para a sociedade, servindo como base para o desenvolvimento tecnológico, econômico, político e social (Goode e Hatt, 1968).

Estruturas organizacionais foram criadas ou adaptadas para produção do conhecimento científico aplicado. A principal delas é a universidade, que, antes do Iluminismo, tinha a função precípua de disseminação de conhecimentos teológicos e filosóficos para as elites (Souza *et al.*, 2013). Nos últimos séculos, as universidades passaram a desempenhar o papel de produtoras e disseminadoras de conhecimento científico, por meio de suas atividades de pesquisa e ensino.

A ciência social aplicada também é produzida, embora de forma subsidiária, por governos, empresas privadas, organismos multilaterais e organizações não governamentais. A partir do final do século XIX começou a surgir um novo tipo de organizações, voltadas especificamente para a produção de conhecimento científico aplicado para a elaboração de políticas públicas: os *think tanks* (Smith, 1991).

Think tanks são organizações especializadas em produzir análise de políticas públicas (*policy analysis*) e defender causas ou políticas (*policy advocacy*) entendidas como de relevância coletiva. Existe uma multiplicidade de definições destas organizações (Stone, 2007, Soares, 2009; Lima, 2010), mas o entendimento comum é que são organizações que produzem recomendações para governos e para a sociedade em geral, dando instrumentalização técnico-política para decisões em diversas áreas de políticas públicas, como educação, saúde, segurança, gestão, meio ambiente, relações internacionais etc. Os *think tanks* também engajam-se em defesa ativa de políticas públicas (*policy advocacy*) e de denúncia de problemas públicos (*problem advocacy*) (Stone, 2007).

Os *think tanks* também podem ser vistos como mecanismos para exercício de poder simbólico (Medvtez, 2012; Rigolin e Hayashi, 2012). São instituições que utilizam linguagem e metodologia tecnicamente sofisticadas para exercício de poder, por meio da produção, da difusão e da reciclagem de ideias e símbolos na sociedade.

Apesar de serem originados nos Estados Unidos na virada entre o século XIX e o século XX, hoje os *think tanks* estão presentes em praticamente todos os países do mundo (Smith, 1991, McGann, 2013). Na América Latina é observado um crescimento constante no número de *think tanks*, somando atualmente 721 (82 no Brasil), o que representa 11% do número total de *think tanks* em todo o planeta (McGann, 2013).

Este artigo tem como objetivo analisar as relações estabelecidas entre *think tanks* e universidades no Brasil. A pergunta básica de pesquisa é: “que tipo de relação existe entre estes dois tipos organizacionais que produzem conhecimento em políticas públicas”? O estudo que deu origem a este artigo fez parte do projeto *Más Saber Americana Latina: potenciando el vínculo entre think tanks y universidades* (Ried, Cedeño e Albuja, 2014), coordenado pelo Grupo Faro (Equador) e

pelo Centro de Políticas Comparadas de Educación (Chile) e financiado pelo International Development Research Centre (Canadá).

Para o alcance dos objetivos, foi realizado um estudo de múltiplos casos em três grandes *think tanks* nacionais: Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFCH) e Ipea, assim como suas relações com universidades brasileiras. Elaboramos as seguintes variáveis e categorias de análise para estudar as relações entre *think tanks* e universidades no Brasil:

- tipo de relação: competitiva ou cooperativa;
- intensidade de relação: essencial ou superficial;
- enfoque de relação: descrição das atividades conjuntas;
- frequência de relação: permanente ou intermitente.

Este artigo está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. A seção 2 traz uma revisão bibliográfica do setor de produção de conhecimento em políticas públicas no Brasil, retratando a evolução das universidades e dos *think tanks*. Na seção 3 faz-se a descrição da estratégia metodológica e a definição operativa das variáveis e categorias de análise. Na seção 4 são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa empírica realizada e, finalmente, na seção 5 são apresentadas as conclusões gerais do estudo.

2 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA CRIAÇÃO DE UNIVERSIDADES E *THINK TANKS* NO BRASIL

Para conhecer o setor de produção de conhecimento aplicado à política pública no Brasil, é necessário definir os atores relevantes e o pano de fundo político-institucional das últimas décadas. Em síntese, os atores individuais que produzem conhecimento aplicado à política pública são:

- a) professores universitários que desempenham atividades de pesquisa aplicada nas áreas de economia, sociologia, ciência política, administração e administração pública e de campos de conhecimento setorial de política pública, como saúde, educação, urbanismo, serviço social, meio ambiente, segurança, entre outros;
- b) pesquisadores vinculados a *think tanks* ou outras organizações da sociedade civil;
- c) técnicos governamentais que atuam com pesquisa aplicada;
- d) jornalistas que realizam análises mais aprofundadas de temas de relevância pública.

Os usuários desse conhecimento são organizações públicas dos níveis federais: União, estados e municípios e organizações da sociedade civil politicamente relevantes, como sindicatos, partidos políticos, federações industriais, comerciais e agrícolas. Os intermediários que levam a informação ao público são os próprios *think tanks* e os meios de comunicação impressa, televisiva, digital e de radiodifusão, todos desempenhando o papel de tradução de linguagem e evidenciando argumentos para manutenção ou mudança nas políticas públicas.

Embora as universidades brasileiras tenham começado a surgir no início do século XX, com a primeira universidade criada em 1909 (a antiga Universidade de Manaus), elas expandiram apenas na década de 1960 (Saviani, 2011). Segundo Bittar (2001), foram criadas, desde a década de 1920 até a década de 1950, apenas treze universidades públicas, sendo onze federais, duas estaduais e sete privadas comunitárias.

É entre as décadas de 1940 e 1950 que começam a surgir os primeiros *think tanks* brasileiros. A Fundação Getulio Vargas (FGV) foi fundada em 1944 por analistas e gestores seniores vinculados ao Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), e trouxe a cultura de produção de conhecimento aplicado, voltado para a resolução de problemas públicos. Outros exemplos foram o Instituto Brasileiro de Relação Internacionais (Ibri), fundado em 1954 e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), *think tank* fundado em 1955, mesmo ano da criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), este com viés desenvolvimentista e ligado ao governo federal.

Em 1961, João Goulart assumiu a Presidência da República e deu vazão a uma grande demanda pela reforma e ampliação do sistema universitário nacional. Já durante o Regime Militar, foi editada a Lei nº 5.540/1968, que tratou da reestruturação do ensino superior no Brasil e estimulou a ampliação de universidades federais, algumas entidades estatais e confessionais e, ainda, incentivou a geração de universidades privadas (Martins, 2009). Segundo Bittar (2001), na década de 1960 foram criadas 22 universidades públicas, sendo dezenove federais e três estaduais, além da criação de mais oito universidades privadas, sendo sete comunitárias e uma empresarial.

Logo no início do Regime Militar, o Ipea é criado com o intuito de trazer racionalidade econômica para os projetos de desenvolvimento, insulando decisões de políticas públicas dos interesses políticos. Fora do ambiente governamental, destaque foi o nascimento do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), criado em 1969 por professores da Universidade de São Paulo (USP) que haviam sido afastados de suas atividades por posicionamentos ideológicos antagônicos ao Regime Militar (Cebrap, [s.d.]).

A difusão de conhecimento aplicado à política pública era feita pelos meios de comunicação, muitos deles alinhados editorialmente ou tolerantes implicitamente ao Regime Militar. Em 1968 foi decretado o Ato Institucional nº 05, que cessou diversos direitos políticos, sindicais e de organização da sociedade civil. A partir de então, o regime ditatorial entrou em sua fase mais severa, e os meios de comunicação de massa, que difundiam conhecimento aplicado à política pública, passaram a ter seus editoriais e notícias censuradas.

Durante a década de 1970, o setor universitário foi crescendo paulatinamente (Martins, 2009). Segundo Bittar (2001), houve criação de mais dez universidades públicas: quatro no âmbito federal, cinco no âmbito estadual e uma no âmbito municipal; e ainda foram criadas mais quatro universidades privadas: duas comunitárias e duas empresariais. *Think tanks* que nasceram foram os institutos de pesquisas ligados ao Poder Executivo de vários estados, em um processo de imitação do papel realizado pelo Ipea de realização de estudos e apoio técnico e institucional para as decisões de políticas públicas dos governos (Filgueiras e Rocha, 2013).

Na década de 1980, o Brasil sofreu com o cenário macroeconômico de estagnação econômica, altos índices de inflação e desemprego. Esse foi um dos aceleradores da “distensão democrática”, deslegitimação do governo militar e ascensão do governo civil em 1985, apontando para uma nova estrutura institucional. No universo do ensino superior, Bittar (2001) aponta que em 1985 o governo federal se dispôs a auxiliar financeiramente as organizações de ensino comunitárias que comprovassem sua qualidade. O balanço de aberturas de universidades nesse período foi de onze universidades públicas, sendo três federais, cinco estaduais e três municipais, enquanto a área privada abriu mais dezenove, sendo seis comunitárias e treze empresariais (Bittar, 2001).

É na década de 1980 que o campo disciplinar de políticas públicas passa a se desenvolver no Brasil. Segundo Souza (2006), é possível identificar três motivos para o surgimento da área. O primeiro viés é a adesão de políticas restritivas de gastos que passaram a prevalecer em países em desenvolvimento. O segundo viés é que o papel do governo modificou-se; houve duas transformações importantes na área econômica e social. No âmbito econômico, a preocupação voltou-se para a questão do ajuste fiscal, refletindo na adoção de um orçamento equilibrado, ou seja, receitas e despesas equiparadas. Já na área social, a partir dos anos 1980 houve uma maior preocupação em realizar políticas sociais. E, por fim, o terceiro viés está mais associado com países ainda em desenvolvimento, ou recém-democratizados. Nestes países não foi possível, até então, formar coalizões políticas capazes de igualar minimamente o desenho de políticas públicas com o intuito de desenvolver a economia e abranger a inclusão social da grande parte de sua população.

É a partir da redemocratização que os produtores de conhecimento (*think tanks* e universidades) passam a ter maior liberdade para escolherem sua agenda de pesquisa e autonomia para a divulgação de resultados. No âmbito universitário, muitos departamentos de economia, sociologia e ciência política desafogam uma agenda de pesquisa de base teórica marxista, que por vinte anos havia ficado intimidada pelo Regime Militar.

Os meios de comunicação também passam a ter maior liberdade de expressão e disseminação de conhecimento útil para a formulação de políticas públicas. Com sindicatos e partidos políticos de esquerda retornando à legalidade, também cresceu o número e a diversidade de usuários de conhecimento aplicado à política pública. O Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), criado em 1976, ganhou força na década de 1980 como *think tank* de vanguarda que ajudou a construir o movimento sanitário brasileiro e a influenciar a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) (Andrews, 2013). Também nessa época o Dieese, *think tank* vinculado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), passa a divulgar estatísticas de desemprego com resultados mais contestadores aos divulgados pelos dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nos anos 1990, o tema da reforma do Estado elevou-se na agenda governamental. A reforma permeava quatro problemas, sendo dois econômico-políticos, um econômico-administrativo e um de cunho político (Bresser-Pereira, 1997; Melo, 2001). Os problemas econômico-políticos relacionavam-se ao tamanho do Estado e à necessidade de redefinição do seu papel regulador. Também foi de fundamental importância a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões de políticas tomadas pelo governo. E, por fim, com o problema político fazia-se necessário aumentar a governabilidade ou a capacidade política do governo de intermediar interesses e garantir legitimidade para governar.

Conforme De Paula (2006) e Otranto (2006), a década de 1990 e o início dos anos 2000 foi um período em que a autonomia universitária foi incentivada, tanto no âmbito financeiro quanto político-decisório. O governo de Fernando Henrique Cardoso implantou um sistema de avaliação de desempenho das universidades para distinguir, em termos de qualidade, as universidades, com vistas à racionalização de recursos e ao incentivo à captação de recursos externos. Faria (2005) afirma que o foco estava na “função avaliação” da gestão governamental, vista como instrumento para o sucesso da reforma do Estado. A intenção de privatização das universidades públicas não foi levada a cabo, dada à resistência do movimento estudantil, da classe docente e dos técnicos universitários, além da antipatia popular a esse tipo de iniciativa.

Nesse período também nasceram alguns *think tanks*. Um exemplo é o Cebri, que foi fundado em 1998 para atuação na área de política externa e como apoio ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). Sendo o governo de Fernando Henrique Cardoso formado por uma coalizão de centro e com participação de partidos políticos de direita, a agenda liberal tomou força, e a racionalização da tomada de decisão de política pública passou a ser mais bem aceita no governo federal.

A partir de 2003, as políticas de educação superior sofreram uma inflexão de rumo relevante, com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É durante seu governo que é criado o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

O Reuni também consolidou outras iniciativas, como o ensino a distância, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), a criação de Institutos Técnicos Federais (ITFs) e o fomento à educação superior privada, por meio de bolsas pagas pelo poder público – Programa Universidade para Todos (Prouni) e financiamento de estudo superior subsidiado – Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Teixeira (2013) retrata que os *think tanks* no Brasil atual são poucos e diversificados quanto à sua vinculação e ao seu propósito, variando desde *think tanks* vinculados a partidos – por exemplo, Fundação Perseu Abramo (FPA) –, vinculados a grupos de interesse – por exemplo, Dieese e Instituto de Transporte e Logística (ITL) –, vinculados a universidades – por exemplo, Cebrap e FGV –, *think tanks* de legado – por exemplo, iFHC e Instituto Lula –, e *think tanks* com fins lucrativos – por exemplo, Patri Políticas Públicas.

Na tabela 1 apresenta-se uma síntese numérica do setor de produção de conhecimento aplicado à política pública no contexto brasileiro atual.

TABELA 1
Setor de produção de conhecimento em políticas públicas no Brasil

Indicador	Quantidade	Ano	Fonte
Número de <i>think tanks</i> no Brasil	82	2012	McGann (2013)
Número de universidades no Brasil	2.416	2012	Brasil (2013)
Número de pesquisadores por 1.000 habitantes	0,6656	2008	Unesco (2010)
Número de artigos científicos por 1.000 habitantes ¹	0,2290	2008	Unesco (2010)
Número de doutores no Brasil	188.000	2011	CGEE (2012)
Número de publicações indexadas ²	26.482	2008	Unesco (2010)
Produto interno bruto (PIB) destinado à pesquisa (%)	1,16	2012	Brasil (2012)

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Publicações em revistas brasileiras e estrangeiras.

² Publicações em revistas indexadas pelo Thomson Reuters *science citation index*

3 METODOLOGIA

Este foi um estudo teórico empírico de cunho descritivo sobre a relação existente entre organizações produtoras de conhecimento relevante para políticas públicas: as universidades e os *think tanks*. Como estratégia metodológica adotou-se o estudo de casos múltiplos em três *think tanks* brasileiros e suas relações com as universidades.

O critério de seleção dos *think tanks* foi o tamanho e a expressão dos institutos brasileiros, segundo o relatório *2012 Global Go To Think Tanks Index Report* (McGann, 2013), que é considerado o anuário internacional referencial para o estudo do tema.⁴ Neste *ranking*, Cebri, iFHC e Ipea são, respectivamente o segundo, o terceiro e o quarto *think tanks* de maior expressão do Brasil, embora a FGV tenha sido excluída da primeira colocação brasileira deste artigo, pois, além de ser *think tank*, também é, simultaneamente, universidade. Portanto, não caberia estudar a relação *think tank* e universidade neste caso.

O Cebri é um *think tank* independente com sede no Rio de Janeiro que trabalha com temas ligados às relações internacionais do Brasil, da América Latina e do mundo. Entre seus projetos estão a cooperação com o Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (Cari) na realização do estudo *Brasil y Argentina en 2015: una visión compartida*, para dar diretrizes políticas governamentais bilaterais para comércio exterior, energia, segurança regional e segurança alimentar (Cebri, 2006), e o projeto *Desenvolvimento Sustentável da Amazônia* (Cebri, 2012), que trata da cooperação entre os países da região amazônica (Secchi e Ito, 2014). Atualmente conta com quadro de doze funcionários residentes, cinco destes na secretaria executiva, seis são assistentes de pesquisa e uma pessoa nos serviços gerais. O Cebri também conta com uma estrutura de conselhos curador, consultivo nacional e internacional, e o conselho fiscal (Secchi e Ito, 2014).

O iFHC é um *think tank* independente com sede em São Paulo, fundado em 2004 pelo ex-presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso e trabalha com temas variados de democracia, economia, desenvolvimento, estudos sociais e relações internacionais do Brasil. Alguns destaques são o estudo *Coesão Social em Democracia na América Latina*, escrito em parceria com o Centro Edelstein, sobre a redemocratização da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia, da Guatemala, do México e do Peru, e a *Agenda Social e Econômica para a América Latina*, em parceria com a Corporación de Estudios para Latinoamérica (Secchi e Ito, 2014). O iFHC conta com 22 funcionários, dos quais um diretor executivo, um assistente, três no setor administrativo, quatro

4. Este relatório é elaborado anualmente pelo programa *Think Tanks e Civil Societies*, da Universidade da Pensilvânia, que é considerado um "*think tank* sobre os *think tanks*". No relatório é feito um *ranking* de relevância dos *think tanks* mundiais de acordo com o número de publicações, o impacto nos meios de comunicação, a reputação acadêmica e a qualidade do corpo diretivo, tomando como base a opinião de jornalistas, doadores e tomadores de decisão (McGann, 2013).

são responsáveis pela biblioteca, quatro trabalham com relações públicas e assessoria de imprensa, três no setor financeiro e um na área de tecnologia da informação. Conta, ainda, com três pessoas nos serviços gerais e duas recepcionistas, um conselho curador e um conselho fiscal (Secchi e Ito, 2014).

O Ipea é um *think tank* governamental com sede em Brasília (Distrito Federal), vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR). Produz conhecimento relevante para a elaboração das políticas públicas do governo federal nas áreas de planejamento econômico, planejamento regional, urbano e ambiental, políticas de saúde, políticas de gestão pública e outras áreas setoriais, como saúde, ciência e tecnologia e relações. O Ipea está dividido em sete diretorias setoriais em um total de 765 funcionários ativos, que resultam em prolífica produção de *policy reports* (*Textos para Discussão*) e publicação de revistas acadêmico-profissionais. Somente no ano de 2012, organizou 47 conferências, 135 seminários, 145 cursos e 114 oficinas (Ipea, 2013).

As fontes documentais de coletas de dados foram: bibliografia da área, dissertações e teses e relatórios estatísticos de entidades governamentais sobre o setor de produção de conhecimento.

Foram feitas dezesseis entrevistadas semiestruturadas com representantes organizacionais e com especialistas: cinco membros do Ipea, quatro membros do Cebri, dois membros do iFHC e cinco especialistas em administração pública, políticas públicas, *think tanks* e universidades. As entrevistas foram feitas presencialmente (seis), por telefone (três) ou por Skype (sete).

As variáveis e as categorias de análise do estudo foram desenvolvidas indutivamente pelos autores deste trabalho, a partir das diretrizes indicadas pelos coordenadores do estudo latino-americano e órgão financiador (International Development Research Centre, Canadá). De acordo com Mayring (2000), existem duas abordagens de construção de categorias de análise: aplicação dedutiva e desenvolvimento indutivo. A aplicação dedutiva refere-se à adoção de categorias já construídas teoricamente para o seu confronto com a realidade empírica. No desenvolvimento indutivo, ao contrário, parte-se do material empírico que se tem em mãos para criar novas categorias analíticas que melhor servem aos propósitos da análise. A parte desta abordagem indutiva, as variáveis e as categorias de análise foram construídas e estão sintetizadas no quadro 1.

QUADRO 1
Variáveis e categorias de análise

Variáveis	Tipo	Categorias
Tipo de relação	Dual	Competição ou cooperação
Intensidade de relação	Dual	Essencial ou superficial
Enfoque da relação	Descritivo	Tipo de atividades conjuntas
Frequência de relação	Dual	Permanente ou intermitente

Elaboração dos autores.

A variável dual “tipo de relação” é entendida no âmbito da competição ou da cooperação. Uma relação competitiva entre universidades e *think tanks* é aquela em que há disputa por recursos financeiros, recursos humanos, exposição midiática e credibilidade dos resultados das pesquisas. Uma relação cooperativa é aquela em que os *think tanks* e as universidades realizam trabalhos conjuntos, compartilham projetos e pessoas e não disputam do ponto de vista concreto e simbólico o “mercado” de produção de conhecimento aplicado à política pública.

A variável “intensidade de relação”, também dual, possui as categorias “relação essencial” ou “relação superficial”. A relação entre *think tanks* e universidades é considerada “essencial” se há uma dependência recíproca para a execução de suas atividades de produção do conhecimento. A relação é considerada superficial se as interações são meramente formais, sem haver uma preocupação com a profundidade.

A variável “enfoque de relação” é descritiva. Portanto, as relações entre *think tanks* e universidades podem abarcar realização de seminários, cursos, projetos de pesquisa, intercâmbio de recursos humanos e financeiros e outras atividades.

A variável dual “frequência da relação” possui as categorias permanente e intermitente. Uma frequência permanente é aquela em que *think tanks* e as universidades mantêm relacionamento, independentemente de contexto político ou administrativo das organizações. A frequência é classificada como intermitente se a relação varia de acordo com o estoque de projetos em execução, bem como com o contexto político-administrativo das organizações em estudo.

A análise qualitativa dos dados foi feita por meio da triangulação das fontes de dados (Triviños, 1987). A técnica da triangulação foi utilizada por meio de comparações sucessivas das informações provenientes das várias fontes (entrevistas, documentos, bibliografia, observação pessoal) sobre as variáveis e as categorias de análise. Quando havia contradição entre as fontes de informações analisadas, os pesquisadores buscaram novas fontes até conseguir um entendimento confiável sobre o fenômeno. Por exemplo, se um entrevistado demonstrasse um entendimento

sobre a variável “tipo de relação” classificando-a como competitiva, enquanto outra fonte julgava o “tipo de relação” como cooperativa, os pesquisadores elucidavam esta contradição com outras fontes (outras entrevistas, documentos) para buscar pacificar a questão. Caso a homogeneidade não fosse possível, voltava-se a consultar a fonte contraditória para entender as razões do seu julgamento. Quando três ou mais fontes tinham conhecimento homogêneo sobre a questão, cessava-se a triangulação, considerando a questão pacificada. A técnica de triangulação é útil para o confronto de informações contraditórias e a elucidação de buracos informativos.

4 AS RELAÇÕES ENTRE *THINK TANKS* E UNIVERSIDADES

Aqui são descritas as análises das relações dos três *think tanks* pesquisadas com as universidades brasileiras, segundo as variáveis e as categorias estabelecidas na metodologia: tipo de relação, intensidade, enfoque e frequência de relação.

Outros aspectos gerais sobre a relação dos *think tanks* brasileiros com as universidades são abordados: dependência, formalidade e gargalos para o aprofundamento da relação.

O tipo de relação entre *think tanks* e universidades é, em geral, cooperativo. Nenhum membro de *think tank* entrevistado apontou algum tipo de relação competitiva. O campo de produção de conhecimento *policy relevant* é tão imaturo no Brasil e as oportunidades são tantas que não há escassez de projetos ou de recursos que justifique uma relação competitiva. Em poucas palavras, há espaço para todos.

A ausência de competição também é reflexo de fontes de recursos bastante diferentes entre aquelas acessadas pelos *think tanks* e pelas universidades. Em geral, os grupos de pesquisa universitários acessam recursos para pesquisas internamente (orçamento da própria universidade), ou em órgãos de fomento governamentais federais e estaduais. Já os *think tanks* acessam recursos de *peak organizations* (federações industriais, sindicais, conselhos de ofício), órgãos multilaterais internacionais, como a Fundação Konrad Adenauer (Cebri e iFHC), Deutsche Bank (iFHC), entre outras. O caso do Ipea é especial, pois é *think tank* governamental e tem dotação orçamentária direta dos cofres da União, sem precisar competir com outras organizações.

O que pode haver é algum tipo de competição por algumas fontes de recursos especiais, acessíveis tanto para *think tanks* quanto para universidades, como aquelas oferecidas pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Ou, ainda, competição na alocação de tempo de pesquisadores que desempenham papéis universitários e de *policy analysts*. Mas essas situações são de menor relevância, segundo os relatos colhidos.

A intensidade de relação varia de acordo com o *think tank*. O iFHC, que é um *think tank* com dez anos de existência, começou a estabelecer parcerias mais consistentes com universidades apenas em 2012 e 2013, para realização de cursos. Já as relações do Cebri e do Ipea com as universidades são essenciais para o desenvolvimento de suas atividades. Ambos são dependentes do corpo de docentes e discentes de pós-graduação para realização de pesquisas, eventos e publicações. O Cebri conta, ainda, com universidades que são mantenedoras financeiras do centro. O Ipea possui mais de cinquenta convênios e acordos de cooperação técnica formalizados que se traduzem em projetos com participação constante de professores das universidades.

Para além dos três casos estudados, os especialistas entrevistados foram taxativos ao retratar os *think tanks* com relação umbilical com as universidades. Apesar de serem também empreendimentos de ex-políticos, como é o caso do iFHC e do Cebri, muitos *think tanks* são oriundos das universidades, ou surgiram pela iniciativa de professores e de pesquisadores universitários que decidiram atuar em pesquisa aplicada fora dos muros da universidade. Estes são mais os casos do Cebrap, do Instituto Liberdade e da PVBLICA.

Com a pesquisa foi possível analisar que o enfoque da relação é relativamente padronizado:

- projetos de pesquisa empreendidos pelos *think tanks* que contam com participação de professores/pesquisadores universitários;
- cursos de curta duração oferecidos pelos *think tanks*, com participação de professores/pesquisadores universitários;
- publicações conjuntas, seja de iniciativa dos *think tanks*, seja de iniciativa dos grupos de pesquisa universitários;
- seminários promovidos por *think tanks* ou pelas universidades, em que especialistas de ambas instituições são convidados a participar.

Outras maneiras de cooperar são o financiamento, que no caso do Cebri recebe doações de universidades privadas; a capacitação de pessoal dos *think tanks* dentro de cursos de pós-graduação nas universidades; e a colaboração de membros dos *think tanks* em bancas de avaliação de teses de graduação, mestrado e doutorado nas universidades.

A frequência da relação nos três *think tanks* pesquisados é caracterizada como intermitente no Cebri e no iFHC e permanente no Ipea. Para atividades como eventos, projetos, publicações e cursos, a relação é tipicamente intermitente. Findado o projeto ou o evento, finda-se a relação funcional.

O Ipea apresenta uma relação mais estável com as universidades, visto que é instituição com cinquenta anos de existência. Já construiu convênios e cooperações técnicas com muitas universidades; independentemente de períodos políticos, mantém as relações. Isso também é fruto de um corpo funcional técnico estável de servidores do Ipea. Ao longo de suas carreiras, os servidores e os departamentos do instituto conseguiram firmar parcerias estáveis com os professores universitários, que também são relativamente estáveis.

Já nos dois *think tanks* não governamentais, a rotatividade de pessoal é bem mais acentuada. O *think tank* é mais retratado como um porto, em que acadêmicos e políticos vêm e vão, quadros técnicos frequentemente são incorporados nos governos e por outras organizações da sociedade civil. Muitas vezes, os pesquisadores de *think tanks* tornam-se professores universitários ou partem para a consultoria privada. Essa rotatividade de pessoal, própria dos *think tanks* privados, reflete também na rotatividade das relações humanas, que são levadas para outras organizações.

O quadro 2 resume as análises das relações entre os três *think tanks* e as universidades brasileiras.

QUADRO 2
Relação entre os *think tanks* e as universidades

Variável	Ceбри	iFHC	Ipea
Tipo de relação	Cooperação	Cooperação	Cooperação
Intensidade de relação	Essencial	Superficial	Essencial
Enfoque de relação	Eventos, cursos, projetos, publicações, financiamento	Eventos, cursos, projetos, publicações	Projetos, eventos, cursos, bancas nas universidades, capacitação dos servidores do Ipea
Frequência da relação	Intermitente	Intermitente	Permanente

Elaboração dos autores.

4.1 Dependência, formalidade e gargalos

Os *think tanks* ainda são atores invisíveis no Brasil (Teixeira, 2012). As pessoas não conhecem sequer o termo *think tank*, exceção feita aos acadêmicos e jornalistas que vivem a comunidade epistêmica de políticas públicas. Por mais que existam há sessenta anos no Brasil, o termo genérico “instituto de pesquisa de política pública” não possui força sintética e tampouco é compreendido pelo cidadão comum.

Certamente, o cidadão médio conhece a FGV, o Ipea e o Dieese, mas não consegue identificar um traço comum de *think tank* entre eles. Essas organizações são retratadas, respectivamente, como universidade, órgão do governo e órgão

do sindicato. O Cebri e o iFHC são apenas conhecidos por uma pequena elite intelectual, econômica e política.

Entretanto, as universidades são socialmente reconhecidas como produtoras de conhecimento científico, com estrutura e credibilidade. As universidades públicas e privadas existem há mais de cem anos no Brasil, e desempenham atividades de ensino de nível superior, pesquisa científica e extensão universitária, que são amplamente percebidas na sociedade.

Os dados quantitativos já apresentados mostram que o universo dos *think tanks* (82 no Brasil) é incomparavelmente mais restrito que o das instituições de ensino superior (IES) – mais de 2 mil no Brasil. Entender esse contexto é essencial para entender como se dá a relação entre *think tanks* e universidades.

Os *think tanks* são muito mais dependentes das universidades do que o contrário. Muitos *think tanks* são oriundos das universidades, ou surgiram pela iniciativa de professores e de pesquisadores universitários que decidiram atuar em pesquisa aplicada fora dos muros da universidade.

No estudo dos três casos, fica evidente a necessidade que os *think tanks* possuem de recrutar pesquisadores nas universidades para seus projetos de pesquisa, ministrarem cursos de capacitação e realizar eventos. Com exceção do Ipea, e seguramente também da FGV, os *think tanks* não possuem um número expressivo de analistas de políticas públicas permanentes (*resident scholars*).

Quanto à formalidade, a essência da relação entre universidades e *think tanks* é técnico-científica. O mais correto é retratar essa relação como entre *think tank* e pesquisadores universitários. As universidades e os *think tanks* até estabelecem relações formais, mas o que realmente conta são relações informais de cooperação técnica entre professores/pesquisadores das universidades e dirigentes/pesquisadores dos *think tanks*.

Segundo as análises feitas a partir dos depoimentos dos entrevistados, os dois gargalos que mais atrapalham a relação entre *think tanks* e universidades são: i) perfil das pesquisas; ii) burocracia (*red tape*).

Todos os dirigentes de *think tanks* e os especialistas em políticas públicas entrevistados apontam que o perfil das pesquisas realizado pelas universidades é prevalentemente teórico, enquanto o das pesquisas de *think tanks* é mais aplicado. Os programas de pós-graduação e os departamentos das universidades que trabalham em áreas como economia, ciência política, relações internacionais e administração pública tendem a supervalorizar a construção teórica e a subvalorizar as pesquisas instrumentais de política pública.

Outro aspecto é o bacharelismo das universidades, mais preocupado com a forma do que com a eficácia dos resultados sociais das pesquisas empreendidas

nas universidades. As agências reguladoras de pós-graduação, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), valorizam a produtividade de revistas indexadas em vez do impacto social do conhecimento produzido (Magro, Secchi e Laus, 2013). O mundo dos *think tanks* é totalmente diverso. Menos importa a publicação em revistas científicas do que a repercussão social e política dos resultados das pesquisas realizadas.

Apesar desse distanciamento, aos poucos esse cenário vem mudando, com a criação dos mestrados profissionais, que são cursos de pós-graduação *stricto sensu* realizados pelas universidades que enfocam a formação dos discentes e de pesquisa para a elaboração de soluções concretas para a realidade organizacional e das políticas públicas.

A pesquisa acadêmica feita nas universidades é gerada em um ambiente muito diferente daqueles vividos pelos *think tanks*. Nas universidades o pesquisador tem total liberdade de escolha do tema de pesquisa e do método de pesquisa. Os prazos para conclusão de um projeto de pesquisa são de um ano ou mais, o que faz a atividade de pesquisa ser mais lenta. Os resultados das pesquisas são geralmente publicados em anais de eventos científicos, em que outros professores-pesquisadores universitários fazem críticas e sugestões com foco na melhoria teórica e metodológica do conhecimento produzido. Por fim, os resultados das pesquisas são consultados por uma elite intelectual também de universitários, que consegue decifrar a linguagem formal, técnica e científica.

Por sua vez, o processo de pesquisa nos *think tanks* é bem diferente: pouca liberdade de escolha de tema, pois é geralmente encomendado por contrato; prazos curtos de entrega dos resultados; resultados publicados em relatórios executivos apresentados ao contratante e extratos publicados em jornais de grande circulação ou em revistas profissionais de órgãos públicos ou classes profissionais; e resultados medidos pela repercussão prática do conhecimento produzido.

Essa diferença de ambiente pode ser mais um fator de estranhamentos e dificuldade no aprofundamento das relações entre *think tanks* e universidades. Tais diferenças são sintetizadas no quadro 3.

A segunda barreira apontada é o *red tape*, ou seja, disfunções geradas pelo excesso de burocracia nas universidades. As universidades brasileiras, em especial as universidades públicas, são regidas por estatutos estritos à movimentação de recursos financeiros e de pessoal. Nas universidades federais impera o regime de dedicação exclusiva, ou seja, o professor universitário é contratado para trabalhar quarenta horas semanais na universidade e fica restrito a assumir outras atividades extrauniversitárias, seja de consultoria, seja de assessoria ou seja de docência em outras instituições.

QUADRO 3
Diferenças da produção de conhecimento entre *think tanks* e universidades

	Universidades	Think tanks
Objetivo	Construção teórica	Instrumentalização prática
Liberdade para escolha do tema, problema e método de pesquisa	Alta	Baixa
Prazo para conclusão das pesquisas	De um a quatro anos	Entre quinze dias e um ano
Forma de apresentação dos resultados	Relatórios, dissertações, teses, livros	Relatório executivo, <i>discussion paper</i> , livro
Linguagem	Formal, técnica e “neutra”	Técnica e normativa
Meio de divulgação	Anais de congressos e revistas científicas indexadas	Meios de comunicação de massa, revistas de órgãos ou classes profissionais

Elaboração dos autores.

Grandes universidades brasileiras como a USP, a Universidade de Campinas (Unicamp), a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) são públicas, vinculadas aos governos federal ou estadual. O modelo organizacional prevalente é o modelo burocrático weberiano (Falqueto e Farias, 2013), pautado pelo formalismo, pelo profissionalismo e pela impessoalidade.

Segundo depoimento de vários membros de *think tanks*, esse modelo faz com que os *think tanks* busquem relações com professores universitários de universidades privadas, em que os requisitos formais são menos restritivos. Exemplo é a relação de recebimento de doações por parte de universidades privadas ao Cebri, e a parceria do iFHC com a FGV (privada), o Insper (privado), a Fundação Brava (privada) e a Faculdade de Curitiba (privada) para oferecer cursos de gestão pública *on-line*. Tais parcerias tomariam mais tempo para serem consolidadas em universidades públicas.

Depoimentos dos entrevistados ligados ao Ipea, que também é organização pública do governo federal, retratam reclamações da burocracia das universidades públicas. Funcionários do Ipea entrevistados apontam para o tempo em que um convênio demora a ser aprovado e firmado, tendo que passar por revisões de assessoria jurídica incontáveis vezes, tanto no Ipea quanto na universidade, até que venha a ser estabelecido. Por vezes, tal processo demora mais de um ano, e perdem-se prazos para a submissão de projetos, ou mesmo as pessoas envolvidas nos projetos acabam mudando de função dentro de suas organizações, inviabilizando o esforço inicialmente feito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil nunca passou por momento tão propício para o ramo de produção de conhecimento aplicado à política pública. Existe ambiente democrático, em que forças políticas alternam-se no poder nos níveis federal, estadual e municipal. Existe clamor popular por políticas públicas mais justas e efetivas, por uma administração mais responsiva e por uma classe política que represente os anseios da população. Existem liberdades de imprensa, de credo e de ideologia garantidas pela Constituição e legitimadas em todas as esferas da sociedade brasileira. Existe um corpo acadêmico da área de políticas públicas em franca expansão, com o fortalecimento das agendas de pesquisa, com a proliferação da literatura de referência e com o surgimento de congressos científicos e sociedades profissionais que trabalham com política pública.

No entanto, os *think tanks*, que são as organizações especializadas em fazer pesquisa aplicada à política pública, são poucos e invisíveis. Segundo o relatório de McGann (2013), no Brasil há 1 *think tank* para cada 2,47 milhões de habitantes, número menor que o do México (1 *think tank* para 1,88 milhão de habitantes) e muito menor que o da Argentina (1 *think tank* para 304 mil habitantes).

As universidades, por sua vez, são superiores numericamente e mais relevantes ainda em termos de recursos financeiros, número de funcionários e produtividade de conhecimento. Também são organizações reconhecidas na sociedade pelo seu papel de produção de conhecimento e principalmente de ensino superior.

As universidades e os *think tanks* compartilham a função de produção de conhecimento social aplicado no campo das políticas públicas. No entanto, as diferenças nessas produções são muitas no que tange ao tipo de pesquisa, à finalidade, às estratégias metodológicas, aos destinatários do conhecimento produzido, às fontes de recursos e à forma de comunicação dos conhecimentos produzidos. Em síntese, os *think tanks* estão mais próximos daquilo que se denomina “análise de políticas públicas” ou “*policy analysis*”, como atividade de recomendação de política pública para a resolução de problemas públicos concretos, enquanto as universidades, em especial seus grupos de pesquisa que lidam com políticas públicas, concentram-se mais em “pesquisa de política pública” ou “*policy research*”, como atividade de pesquisa descritiva ou explicativa voltada para construção teórica na área de política pública (Weimer e Vining, 2011).

Este artigo trouxe um retrato da relação dessas duas organizações produtoras de conhecimento aplicado à política pública. Uma relação desigual, mas cooperativa. Uma relação de dependência, principalmente por parte dos *think tanks*. Uma relação de tipo intermitente, que depende do contato pessoal informal dos dirigentes dos *think tanks* com seus colegas professores e pesquisadores universitários. Uma relação

que desencadeia seminários, cursos, relatórios e muitos outros meios disponíveis para produção de conteúdo *policy relevant*.

Para que essa relação amplie-se e ajude os governantes e a sociedade civil a fazerem melhores políticas públicas, é necessário o fortalecimento dos *think tanks*, por meio de recursos financeiros e humanos suficientes para levar a cabo suas atividades, seja por dotação orçamentária governamental (caso do Ipea), seja por doações e criações de redes de cooperação (casos do iFHC e do Cebri). Em chave de autocrítica, também é necessária uma abertura dos *think tanks* brasileiros para além das elites intelectuais (que sejam menos “*tanks*”), por meio de eventos e seminários com a sociedade civil organizada e produção intelectual com linguagem e *design* mais acessíveis ao cidadão comum. O estudo também indica uma necessidade de popularização do conceito de *think tanks* nos meios acadêmico e jornalístico brasileiros e a desburocratização das universidades para a facilitação das cooperações institucionais com os *think tanks* na produção de conhecimento aplicado.

Por fim, é necessária a valorização de um aspecto originário da área disciplinar de políticas públicas, que já havia sido identificada pelo seu teórico fundador Harold D. Lasswell (1951): que a ciência da política pública seja um campo de conhecimento multidisciplinar, normativo e voltado para a resolução de problemas públicos concretos.

REFERÊNCIAS

- ANDREWS, C. Policy analysis styles in Brazil. In: VAITSMAN, J.; RIBEIRO, J. M.; LOBATO, L. (Eds.). **Policy analysis in Brazil**. Bristol: Policy Press, 2013.
- BITTAR, M. O ensino superior privado no Brasil e a formação do segmento das universidades comunitárias. **Avaliação**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 33-42, 2001.
- BRASIL. Senado Federal. Orçamento público de ciência, tecnologia e inovação: investimento do governo do Brasil. **Revista Em Discussão!**, ano 3, v. 12, p. 24-33, 2012.
- _____. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2012**. Brasília: MEC, 2013.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. B. **A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. (Cadernos Mare da Reforma do Estado, n. 1).
- CEBRAP – CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO. **Um centro de pesquisa consolidado e globalizado**. São Paulo: Cebrap, [s.d.].

CEBRI – CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Relatório de Atividades 2004/2005**. Rio de Janeiro: Cebri, 2006.

_____. **Desenvolvimento sustentável da Amazônia**. Rio de Janeiro: Cebri, 2012.

CGEE – CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Mestres 2012: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira**. Brasília: CGEE, 2012.

DE PAULA, M. D. F. A perda da identidade e da autonomia da universidade brasileira no contexto do neoliberalismo. **Revista Eletrônica do Grupo Aleph** – Formação dos Profissionais da Educação, ano 2, n. 9, p. 1-16, 2006.

FALQUETO, J. M. Z.; FARIAS, J. S. A trajetória e a funcionalidade da universidade pública brasileira. **Revista Gestão Universitária na América Latina (Gual)**, v. 6, n. 1, p. 22-41, 2013.

FARIA, C. A. P. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 97-109, 2005.

FILGUEIRAS, C. A. C.; ROCHA, C. A. V. Production of policy-related information and knowledge in Brazil: the state government agencies; *In*: VAITSMAN, J., RIBEIRO, J. M.; LOBATO, L. (Eds.). **Policy analysis in Brazil**. Bristol: Policy Press, 2013.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1968.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Relatório de atividades Ipea 2012**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/nUjrF6>>.

LASSWELL, H. D. The policy orientation. *In*: LERNER, D.; LASSWELL, H. D. (Eds.). **The policy sciences: recent developments in scope and method**. Stanford: Stanford University Press, 1951.

LIMA, M. C. **O futuro das idéias: análise estrutural e incertezas – críticas prospectivas para think tanks**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

MAGRO, D.; SECCHI, L.; LAUS, S. A nova gestão pública e o produtivismo imposto pela Capes: implicações na produção científica nas universidades. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 37., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2013.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 106, p. 15-35, 2009.

MAYRING, P. Qualitative content analysis. **Qualitative Social Research**, v. 1, n. 2, p. 1-10, 2000. Disponível em: <<http://goo.gl/Y5cqP>>.

MCGANN, J. G. **2012 global go to think tanks index report**. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2013.

MEDVETZ, T. **Think tanks in America**. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

MELO, M. A. As sete vidas da agenda pública brasileira. *In*: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 2001.

OTRANTO, C. R. A reforma da educação superior do governo Lula: da inspiração à implantação. *In*: SILVA JUNIOR, J. R.; OLIVEIRA, J. F.; MANCEBO, D. (Orgs.). **Reforma universitária: dimensões e perspectivas**. Campinas: Alínea, 2006.

RIED, J. J. B.; CEDEÑO, O. J. B.; ALBUJA, A. M. A. **Más saber América Latina: potenciando el vínculo entre think tanks y universidades**. Quito: Grupo Faro; CPCE, 2014.

RIGOLIN, C. C. D.; HAYASHI, M. C. P. I. Por dentro dos “reservatórios de idéias”: uma agenda de pesquisa para think tanks brasileiros. **Liinc em Revista**, v. 8, n. 1, p. 20-33, 2012.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2011.

SECCHI, L.; ITO, L. E. Brasil. *In*: RIED, J. J. B.; CEDEÑO, O. J. B.; ALBUJA, A. M. A. **Más saber América Latina: potenciando el vínculo entre think tanks y universidades**. Quito: Grupo Faro; CPCE, 2014.

SMITH, J. A. **The idea brokers: think tanks and the rise of the new policy elite**. New York: The Free Press, 1991.

SOARES, J. R. **Think tanks: organização sistêmica de conhecimentos relevantes a política pública no Brasil**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, J. A. J. *et al.* Concepções de universidades no Brasil: uma análise a partir da missão das universidades públicas federais brasileiras e dos modelos de universidade. **Revista Gestão Universitária na América Latina (GUAL)**, v. 6, n. 4, p. 216-233, 2013.

STONE, D. Recycling bins, garbage cans or think tanks? Three myths regard policy analysis institutes. **Public Administration**, v. 85, n. 2, p. 259-278, 2007.

TEIXEIRA, T. Brazilian think tanks and their search for identity and recognition. *In*: CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 30., 2012, San Francisco. **Proceedings**. San Francisco: Lasa, 2012.

_____. Brazilian think tanks: between the past and the future. *In*: VAITSMAN, J.; RIBEIRO, J. M.; LOBATO, L. (Eds.). **Policy analysis in Brazil**. Bristol: Policy Press, 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **O status da ciência em torno do mundo**: resumo executivo. Brasília: Unesco, 2010. (Relatório Unesco sobre Ciência)

WEIMER, D. L.; VINING, A. **Policy analysis**: concepts and practice. 5th ed. Upper Saddle River: Pearson, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CEBRI – CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Relatório de Atividades 2010/2011**. Rio de Janeiro: Cebri, 2011.

VAITSMAN, J.; LOBATO, L.; ANDRADE, G. Professionalisation of policy analysis in Brazil. *In*: VAITSMAN, J.; RIBEIRO, J. M.; LOBATO, L. (Eds.). **Policy analysis in Brazil**. Bristol: Policy Press, 2013.